

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA: UM ESTUDO COM ALUNOS DE UMA IES LOCALIZADA EM SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ/RS

Aluno(a): Lidiane Zerbin Correa

Orientador(a) no TCC II: Prof. Ma. Marina Benato

Orientador(a) no TCC I: Prof. Cleudes Teresinha Maffei Barcellos

Semestre: 2024-4

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar as conclusões a partir da percepção de alunos dos cursos de Ciências Contábeis e Administração de uma IES em São Sebastião do Caí/RS sobre a previdência complementar aberta. Para isso, desenvolveu-se um estudo qualitativo, descritivo, com coleta de dados por meio de questionários semiestruturados aplicados em entrevistas em profundidade com dez participantes. Os resultados indicam que, embora os universitários reconheçam a importância do planejamento financeiro de longo prazo, muitos têm conhecimento limitado sobre previdência complementar. O estudo sugere a necessidade de políticas educacionais voltadas à educação financeira e à promoção da adesão a planos de previdência. A pesquisa contribui para o entendimento das lacunas no conhecimento sobre PCA entre futuros profissionais, oferecendo *insights* para políticas de incentivo à educação, planejamento financeiro e adesão ao plano estudado. No âmbito acadêmico, destaca-se a relevância de integrar mais conteúdo sobre finanças pessoais nos currículos. Entre as limitações, destaca-se a restrição geográfica do estudo, sugerindo a necessidade de pesquisas em populações mais amplas e diversificadas. Estudos futuros poderiam explorar a influência de administradores e contadores no planejamento financeiro a longo prazo.

Palavras-chave: Previdência complementar; planejamento; aposentadoria; educação financeira.

1 INTRODUÇÃO

A Previdência Complementar Aberta tem ganhado destaque nos últimos anos como uma alternativa de proteção financeira para os indivíduos, especialmente diante das limitações do sistema público de Previdência Social. A análise dessa modalidade de previdência exige um entendimento sobre a sua estrutura financeira e tributária, pois envolve conceitos como planejamento fiscal e estratégias de minimização de encargos tributários, o que é essencial para uma gestão eficiente desses recursos, visto que as implicações fiscais das contribuições e rendimentos da previdência complementar são fundamentais, pois as regras variam conforme o tipo de plano e podem impactar e beneficiar diretamente a rentabilidade do investidor.

A Previdência Complementar Aberta é um sistema voluntário de previdência que permite a qualquer pessoa física, independentemente de vínculo empregatício, contribuir para um fundo de aposentadoria. Esse tipo de previdência é oferecido por entidades privadas e tem como objetivo complementar a Previdência Social pública, proporcionando uma renda adicional na aposentadoria (Bocchese, 2017). Segundo Oliveira (2018), a principal diferença entre a previdência complementar aberta e a fechada é que a primeira é acessível ao público em geral, enquanto a segunda é restrita a grupos específicos, como os trabalhadores de uma empresa ou setor.

Os planos de previdência complementar aberta são, em sua maioria, divididos em dois tipos principais: o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Vida Gerador de Benefício

Livre (VGBL). O PGBL é recomendado para aqueles que fazem a declaração completa do Imposto de Renda, pois permite a dedução das contribuições da base de cálculo do imposto, até o limite de 12% da renda bruta anual (Santos, 2019). Por outro lado, o VGBL é indicado para quem opta pela declaração simplificada ou já atingiu o limite de dedução do PGBL, sendo que as contribuições ao VGBL não são dedutíveis do Imposto de Renda, mas o imposto sobre os rendimentos é pago apenas no momento do resgate ou recebimento do benefício (Pereira, 2020).

Com a recente reforma da Previdência no Brasil, torna-se cada vez mais importante que os estudantes considerem alternativas para o planejamento de sua aposentadoria. A reforma impôs mudanças significativas, como o aumento da idade mínima e do tempo de contribuição, tornando o futuro da Previdência Social mais incerto. Nesse contexto, a Previdência Complementar Aberta se apresenta como uma solução para aqueles que buscam garantir uma aposentadoria mais tranquila e confortável.

Desse modo, o presente estudo tem como questão central: Quais são as conclusões a serem obtidas a partir da percepção de alunos dos cursos de graduação de Ciências Contábeis e Administração de uma Instituição de Ensino Superior (IES) localizada em São Sebastião do Caí/RS sobre a previdência complementar aberta? Assim, o objetivo geral é identificar as conclusões a serem obtidas a partir da percepção de alunos dos cursos de graduação de Ciências Contábeis e Administração de uma Instituição de Ensino Superior (IES) localizada em São Sebastião do Caí/RS sobre a previdência complementar aberta, destacando a importância de um planejamento financeiro para o futuro, especialmente em face às mudanças no sistema de seguridade social.

A partir disso, o presente estudo justifica-se, pois ao analisar a compreensão dos alunos sobre a Previdência Complementar Aberta, essa pesquisa pode contribuir com fins acadêmicos, auxiliando os estudantes na organização de suas finanças pessoais e no entendimento dos aspectos financeiros e tributários envolvidos nesses produtos. Além disso, é relevante para os alunos da IES e para a comunidade local, ao esclarecer temas ainda pouco disseminados sobre a previdência complementar, ajudando na formação de uma visão crítica e bem-informada sobre o sistema de seguridade social e as alternativas privadas.

Portanto, o estudo justifica-se tanto para fins acadêmicos quanto gerenciais, por proporcionar uma compreensão mais profunda das opções de previdência complementar e sua integração no planejamento financeiro pessoal. Além disso, visa aprofundar o entendimento sobre o impacto das questões tributárias e de investimentos na rentabilidade dos planos de previdência, ajudando os futuros profissionais da área de Contabilidade e Administração a aplicar esses conceitos na prática e no planejamento de suas próprias finanças e das organizações nas quais atuarão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

De acordo com o art. 202 da Constituição Federal (1988), “o regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar”.

2.2.1 Regulamentação da Previdência Privada

O número de entidades de previdência privada e a quantidade de recursos administrados por elas, bem como os desafios decorrentes da época em que a legislação foi

regulamentada, isto é, em 15 de julho de 1977, através da Lei nº 6.435, sendo revogada em 29/05/2001 pela Lei Complementar 109, que conforme o Art. 1º desta LC “o regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, é facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício [...]”.

A Previdência Complementar Aberta consiste em um plano de aposentadoria privado e voluntário que funciona como um complemento à Previdência Social (Rodrigues; Santos, 2018).

As Entidades Abertas de Previdência Complementar - EAPCs são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Já as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, conforme Santos, (2020).

No Brasil, a previdência complementar aberta é regulamentada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e oferece dois tipos principais de planos: O Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL e o Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL, ambos com características específicas quanto à tributação e benefícios oferecidos (Ferreira; Moraes, 2018).

A previdência complementar é realizada de forma autônoma e de acordo com o Art. 3º da LC 109 (2001), a ação do Estado será exercida com objetivos conforme quadro 1, abaixo.

Quadro 1 - Ações do estado à previdência complementar

I – formular a política de previdência complementar;
II – disciplinar, coordenar e supervisionar as atividades reguladas por esta Lei Complementar, compatibilizando-as com as políticas previdenciárias e de desenvolvimento social e econômico-financeiro;
III – determinar padrões mínimos de segura econômico-financeiro e atuarial, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios, isoladamente, e de cada entidade de previdência complementar, no conjunto de suas atividades;
IV – assegurar aos participantes e assistidos o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos de benefícios;
V – fiscalizar as entidades de previdência complementar, suas operações e aplicar penalidades; e
VI – proteger os interesses dos participantes e assistidos dos planos de benefícios.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do Art. 3º da LC 109/2001.

A regulamentação do regime de previdência privada, conforme o Art. 7º da LC 109/2001 “os planos de benefícios atenderão a padrões mínimos fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, com o objetivo de assegurar transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico-financeiro e atuarial”.

2.2.2 Previdência complementar aberta e fechada

Conforme o art. 36 da LC nº 109/201, a previdência complementar, fundamental no panorama da segurança social, é composta por dois segmentos distintos, o primeiro segmento é a previdência fechada, frequentemente referida como fundos de pensão, aqui, os participantes são geralmente funcionários de uma empresa ou membros de uma associação, e os benefícios são definidos com base em critérios específicos. Por outro lado, o segundo segmento é a previdência aberta, que oferece planos acessíveis a qualquer indivíduo interessado, independentemente de sua filiação a uma empresa ou grupo. Estes planos são mais flexíveis e podem ser adaptados de acordo com as necessidades individuais dos participantes, estas entidades, operadas por bancos ou seguradoras constituídas como sociedades anônimas com fins lucrativos.

A denominação aberta é pela capacidade dessas entidades de oferecerem seus planos de benefícios a qualquer interessado. Destaca-se que qualquer pessoa física tem o direito de aderir a um plano de previdência complementar aberta, independentemente de possuir vínculo profissional ou associativo (Goes, 2015).

De acordo com o art. 35 da LC 109/2001, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs, são entidades responsáveis pela administração de planos de benefícios previdenciários, constituídas na forma de sociedade civil ou fundação, e operam sem fins lucrativos, tendo como principal objetivo a gestão de planos de benefícios previdenciários.

Figura 1 - Vantagens e desvantagens da previdência aberta e fechada



Fonte: Coelho e de Camargos (2012, p. 287).

2.2.3 Impacto da Previdência Privada Aberta na aposentadoria

O surgimento da previdência privada no Brasil teve como principal objetivo manter o padrão de vida após a aposentadoria (Schosler; Conto, 2015). De acordo com Nobre (1996), a previdência privada é concebida como um mecanismo para acumular recursos que assegurem uma renda mensal no futuro, especialmente durante o período em que se deseja cessar a atividade laboral. Inicialmente, ela era vista como uma poupança adicional, complementar à previdência oficial. Contudo, para não ficarem apenas com benefícios providos pelo governo, existem pessoas que passaram a adquirir um plano de previdência privada como forma de garantir uma renda razoável ao final de suas carreiras profissionais.

Um aspecto crucial para o cálculo das reservas matemáticas nos planos de previdência privada é a idade de aposentadoria. Essa premissa desempenha um papel fundamental na determinação das condições de elegibilidade e nas políticas de contribuição estabelecidas nos regulamentos ou contratos dos planos. Geralmente, a idade de aposentadoria é combinada com o tempo de contribuição ao plano, podendo incluir a possibilidade de aposentadoria antecipada. O período de acumulação das reservas matemáticas para os benefícios futuros varia de acordo com a idade de ingresso no plano. Quanto mais jovens são os participantes ao ingressar, menor é o tempo de financiamento dos benefícios futuros, o que pode resultar em alíquotas de contribuição mais baixas (Rodrigues, 2008).

A crescente preocupação com o *déficit* da previdência social no Brasil, juntamente com as mudanças nas regras que exigem um maior tempo de contribuição e uma idade mínima mais elevada para a obtenção da aposentadoria integral, tem levado cada vez mais

brasileiros a considerarem a complementação de sua aposentadoria por meio da adesão a planos de previdência, sejam eles abertos ou fechados (Gonzaga, 2012).

Complementa-se que apesar do aumento da discussão acerca do tema nos últimos anos no Brasil, principalmente em função das reformas previdenciárias e das incertezas quanto ao futuro do sistema público de previdência (Souza; Souza; Cruz, 2020), ainda é baixo o percentual da população que adere a planos privados de previdência complementar (IBGE, 2019).

A Previdência Complementar Aberta é uma alternativa para aqueles que buscam garantir uma aposentadoria mais confortável. Este sistema permite que o indivíduo contribua além do teto estabelecido pelo INSS, proporcionando uma renda adicional no momento da aposentadoria (Santos; Oliveira, 2019).

2.2.3 Perfil de investidores para previdência privada

A previdência complementar aberta representa uma alternativa ao sistema previdenciário tradicional, na qual o indivíduo contribui para a própria aposentadoria de forma independente. No entanto, para que essa opção seja efetiva, é necessário que haja um interesse e conhecimento prévio por parte dos futuros contribuintes. A adesão à previdência complementar aberta depende fortemente da compreensão do indivíduo sobre os benefícios e riscos envolvidos nesse tipo de investimento (Silva, 2019).

Conforme aponta Batista, a cultura do planejamento financeiro para a aposentadoria ainda é incipiente na população brasileira. Muitas vezes, esse fato se deve à falta de informação ou ao desinteresse em relação aos temas econômicos (Batista, 2020).

Contudo, apesar da importância do tema, estudos indicam que o conhecimento sobre previdência complementar ainda é limitado entre a população brasileira. Uma pesquisa realizada por França e Martins com estudantes universitários mostrou que a maioria dos alunos não possuía conhecimento suficiente sobre o assunto e não considerava aderir a um plano (França; Martins, 2019).

Essa constatação se alinha aos resultados do estudo realizado por Menezes, segundo os quais a falta de informação é uma das principais barreiras para a adesão aos planos de previdência complementar. Além disso, os autores também apontam que fatores como perfil do investidor, renda familiar e nível de educação financeira influenciam na decisão de aderir a um plano (Menezes, 2020).

2.2.4 Análise de produtos e serviços de previdência privada aberta

Os planos de previdência privada aberta oferecem ao investidor duas modalidades distintas, cuja escolha é crucial para a obtenção de ganhos financeiros a longo prazo. Essas modalidades são conhecidas como Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL e Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL (Schossler; Conto, 2015).

O Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), instituído em 1997, destaca-se por permitir o abatimento do valor investido na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda, com um limite máximo de 12% do Rendimento Bruto Anual (RBA). Essa característica torna o PGBL uma opção atrativa para aqueles que buscam reduzir a carga tributária e complementar sua previdência. Por outro lado, o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), introduzido em 2002, é mais indicado para pessoas que optam pelo modelo simplificado de Declaração de Imposto de Renda, uma vez que não permite a dedução na declaração. Além disso, no momento do resgate ou recebimento dos benefícios, a tributação incide apenas sobre o rendimento auferido, o que pode ser vantajoso para determinados perfis de investidores (Almeida; Coimbra, 2008).

A escolha da forma de tributação ao contratar um plano de previdência privada é uma decisão de grande relevância, uma vez que é irrevogável. Uma vez selecionada a tabela de tributação, o participante permanece vinculado a ela até o final do plano. Diversos fatores, como o tempo de contribuição, o valor total dos investimentos e as deduções, devem ser cuidadosamente ponderados no momento da escolha entre a tabela progressiva e a tabela regressiva (Schossler; Conto, 2015).

Conforme destaca Fernandes (2013), aplicações de longo prazo, superiores a 10 anos, tendem a favorecer a tabela regressiva, pois o imposto será cobrado à menor alíquota. Por outro lado, se o investidor está próximo da aposentadoria ou não pode manter a aplicação por um período longo, o modelo progressivo pode ser mais vantajoso (Fernandes, 2013).

O plano de previdência privada compreende duas fases bem definidas conforme a LC 109/2001, sendo a primeira a fase de acumulação e a segunda à fase de pagamento de benefícios. Durante a fase de acumulação, a empresa gestora do plano tem a responsabilidade de garantir um bom rendimento nos fundos, além de administrar os pagamentos dos benefícios. Na fase de acumulação, os participantes têm a possibilidade de realizar diversas transações, tais como novos aportes, transferências, mudança de carteira (ou seja, fundo de investimento) e resgates parciais ou totais. Além disso, durante esta fase, os participantes podem optar por diferentes estratégias, como administrar seus recursos, realizar resgates totais ou parciais, converter parte dos recursos em renda ou converter 100% dos recursos em renda.

Os planos de previdência privada oferecem flexibilidade aos participantes quanto às contribuições e aos saques. É possível efetuar contribuições mensais ou realizar aportes esporádicos, com os valores sendo determinados pelo próprio contribuinte, desde que atendam à exigência de aplicação mínima de cada plano. Alguns planos permitem contribuições a partir de 50 reais por mês, tornando-os acessíveis a uma variedade de investidores. Além disso, o acesso aos recursos investidos também é flexível, uma vez que o dinheiro pode ser sacado a qualquer momento após cumprir a carência estabelecida, geralmente de 60 dias (Chaves, 2011).

Figura 2 - Comparação entre PGBL e VGBL

PGBL	VGBL
Quanto rende	
Não existe a garantia de uma rentabilidade mínima e o rendimento obtido é repassado integralmente ao participante.	Não existe a garantia de uma rentabilidade mínima e o rendimento obtido é repassado integralmente ao participante.
Como transferir recursos	
Pode ser transferido para outra operadora, desde que seja por um plano similar.	Pode ser transferido para outra operadora, desde que seja por um plano similar.
Como resgatar o dinheiro	
O resgate é possível a cada 60 dias. O saque pode ser feito em uma parcela única ou ser transformado em renda mensal.	O primeiro saque pode ser feito em período que varia de dois meses a dois anos. Após esse período, a cada 60 dias.
Quanto é a taxa de carregamento *	
Chega a até 5% sobre o valor dos depósitos. A média de mercado é de 3%.	Chega a até 5% sobre o valor dos depósitos. A média de mercado é de 3%.
Quanto é a taxa de administração *	
Varia, na média, entre 1,5 e 2% ao ano. Cobrado sobre o total do fundo.	Varia, na média, entre 1,5 e 2% ao ano. Cobrado sobre o total do fundo.
Imposto de Renda	
Até 12% da renda bruta tributável do contribuinte pode ser diferida ** do Imposto de Renda. O imposto incide sobre o total acumulado.	Não há dedução no Imposto de Renda. Por outro lado, o IR é aplicado somente sobre o ganho de capital (rendimentos).
Tributação no Resgate	
Tabela de IRPF progressiva ou regressiva de 35 à 10% conforme tempo de acumulação.	Tabela de IRPF progressiva ou regressiva de 35 à 10% conforme tempo de acumulação.
Cobertura	
Benefícios de Renda e de Risco (Pensão por Morte e invalidez) dependendo do Administrador	Benefícios de Renda e de Risco (Pensão por Morte e invalidez) dependendo do Administrador

Fonte: Chaves (2011).

Os planos de previdência privada oferecem uma variedade de opções de fundos para aplicação dos recursos, que abrangem desde os mais agressivos, investindo até 49% em renda variável, até os mais conservadores, que se concentram em títulos públicos e/ou privados. Essa diversidade proporciona escolhas adequadas para diferentes tipos de investidores, levando em consideração seus perfis de investimento e tolerância ao risco. É fundamental que o interessado esteja atento às políticas de investimento dos fundos, especialmente aos percentuais mínimo e máximo de alocação em renda variável (Chaves, 2011).

Existem três tipos básicos de planos de previdência privada, determinados pela carteira de investimentos do respectivo Fundo de Investimento em Fundos Exclusivos - FIF, conforme descrito e na imagem 3 (Andrezo; Lima, 2001).

Figura 3 - Políticas de investimentos nos fundos conforme perfil



Fonte: Chaves (2011).

No contexto dos planos de previdência privada, é importante destacar que, caso o indivíduo se arrependa de ter contratado uma determinada seguradora, é possível realizar a transferência dos recursos para outra instituição, desde que ambas pertençam à mesma categoria de plano. Por exemplo, é viável transferir os recursos de um Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL de uma instituição para o PGBL de outra instituição. No entanto, é essencial observar que, de acordo com a legislação vigente, não é permitida a troca entre tipos de planos diferentes (BrasilPrev, 2019).

Conforme art. 14 da LC 109/2001 a possibilidade de transferência oferece aos investidores uma certa flexibilidade e liberdade para buscar melhores condições ou adequar suas escolhas às suas necessidades e preferências. No entanto, é fundamental que os interessados estejam cientes das limitações e regulamentações aplicáveis a fim de realizar transações de forma consciente e conforme as diretrizes estabelecidas.

2.2.5 Educação financeira e previdência privada

O debate em torno da educação financeira no Brasil ganhou destaque a partir da segunda metade do século XX e do início do século XXI, e desde então tem havido um crescimento contínuo na produção literária sobre o assunto, embora muitas vezes tratado de maneira abrangente. Quanto à sua definição, não existe um consenso absoluto, o que permite entender a educação financeira como um processo pelo qual os indivíduos adquirem conhecimentos e habilidades para tomar decisões financeiras informadas, aprimorando assim a gestão de suas finanças pessoais. Em outras palavras, é um processo de aprendizado que

capacita as pessoas a desenvolverem uma visão crítica sobre como lidar com seu dinheiro (Ribeiro, 2021).

Conceitua-se que planejar consiste em estabelecer com antecedência as ações a serem executadas dentro de cenários e condições preestabelecidos, o que permite estimar os recursos a serem utilizados. Quando se trata da obtenção e do uso do dinheiro, temos o planejamento financeiro. O planejamento financeiro é o processo que consiste em prever as necessidades futuras de recursos e disponibilizá-los em volume suficiente quando necessários (Silveira; Ferreira; Almeida, 2020). Afinal, a educação financeira é fundamental para que os indivíduos possam tomar decisões informadas acerca de seu futuro financeiro (Souza; Souza e Cruz, 2020)

É importante ressaltar que o desconhecimento dos alunos sobre essa modalidade de previdência pode ser atribuído à falta de educação financeira nas escolas e universidades. De acordo com estudo realizado, a inclusão de conteúdos relacionados à educação financeira no currículo escolar poderia contribuir para aumentar o conhecimento dos estudantes sobre a previdência complementar aberta e outros aspectos da gestão financeira (Silva, 2019).

Contudo, sugere-se que campanhas educativas também podem ser eficazes para aumentar o interesse dos jovens na adesão à previdência complementar aberta. No entanto, os autores enfatizam que essas campanhas devem ser planejadas e executadas de maneira eficaz para alcançar os resultados desejados (Fernandes, Rocha e Santos, 2021).

A Previdência Complementar Aberta - PCA é uma opção de investimento que permite ao trabalhador ter um plano de aposentadoria além do oferecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. No entanto, estudos indicam que o conhecimento e a adesão a este tipo de plano ainda são limitados. Por exemplo, uma pesquisa realizada, verificou que apenas 25% dos estudantes universitários no Brasil têm conhecimento sobre a PCA (Costa, 2018).

Além disso, outro estudo realizado por Oliveira e Silveira (2019) apontou que o interesse dos jovens em aderir ao PCA é ainda menor. Isso pode ser explicado pela falta de conscientização sobre a importância da previdência complementar para garantir um futuro financeiro estável. A educação financeira desempenha um papel crucial nesse contexto. Segundo os mesmos autores, o conhecimento financeiro é fundamental para tomar decisões informadas sobre o planejamento da aposentadoria (Lusardi; Mitchell, 2010).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de um estudo qualitativo genérico, o qual apresenta algumas ou todas as características de empreendimentos qualitativos. Geralmente, seu foco está na compreensão de uma experiência ou evento específico, de um fenômeno, um processo ou as perspectivas e visões de mundo das pessoas envolvidas (Caelli; Ray; Mill, 2003).

Em relação aos objetivos, este estudo se trata de uma pesquisa descritiva. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva é frequentemente usada para levantar informações sobre a situação atual de um fenômeno e esta abordagem permite uma compreensão detalhada e sistemática de como determinado grupo ou fenômeno se apresenta em um dado momento. Sampieri, Collado e Lucio (2013), reforçam que a pesquisa descritiva busca especificar propriedades, características e perfis de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que seja submetido a uma análise. É uma metodologia, que permite a coleta de dados de forma sistemática, fornecendo uma base sólida para a descrição e análise do estudo.

Quanto à forma de abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2009), a pesquisa qualitativa permite uma exploração detalhada dos

significados e interações sociais, proporcionando uma compreensão mais interessante e contextualizada do estudo. Além disso, Creswell (2014), destaca que essa abordagem é útil para estudos exploratórios, onde o objetivo é desenvolver uma compreensão inicial de um contexto específico.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Este estudo buscou analisar a percepção sobre a previdência complementar aberta de alunos matriculados nos cursos de Ciências Contábeis e Administração, de uma Instituição de Ensino Superior (IES) localizada em São Sebastião do Caí/RS. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas individuais, utilizando a plataforma *Google Meet*. As entrevistas tiveram como base um questionário semiestruturado, o qual abordou questões relacionadas ao conhecimento e interesse na contribuição para a previdência complementar aberta (vide Quadro 2). Além disso, foram considerados fatores como, renda familiar e a influência de experiências anteriores com investimentos financeiros. As entrevistas foram transcritas para posterior análise, de modo a garantir a precisão na captura das opiniões e comentários dos respondentes.

Quadro 2 – Questionário semiestruturado utilizado nas entrevistas

Perfil, conhecimento e compreensão:
1. Qual o seu nome, idade, curso e semestre que está cursando?
2. Qual seu estado civil? Você tem filhos? Se sim, quantos e de qual idade?
3. Está trabalhando? Se sim, atua em qual área?
4. Como você se organiza financeiramente?
5. O que você entende por previdência complementar aberta? Quais são, na sua opinião, os principais benefícios e desvantagens desse tipo de previdência possa trazer?
6. Qual a importância que você atribui a previdência complementar aberta no contexto do planejamento financeiro pessoal?
Motivações e Influências
7. Quais fatores você considera mais importantes ao decidir se deve ou não aderir a uma previdência complementar aberta?
8. Existe alguma experiência pessoal, familiar ou conhecimento adquirido durante o curso que influencie sua percepção sobre a previdência complementar aberta?
Perspectivas Futuras
9. Como você enxerga a relevância da previdência complementar aberta no cenário econômico atual e no futuro, considerando o envelhecimento da população e consequentemente um menor número de pessoas contribuindo com a previdência social?
Comparações e Preferências
10. Você consegue identificar diferenças significativas entre a previdência complementar aberta e outros tipos de investimentos ou formas de poupança para a aposentadoria? Se sim, quais são?
11. Quais seriam os fatores que o(a) fariam preferir a previdência complementar aberta em comparação a outras opções de previdência ou investimentos?
12. De que maneira os conhecimentos adquiridos durante o curso de Ciências Contábeis ou Administração influenciam sua visão sobre seu planejamento financeiro?

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

A partir das entrevistas realizadas com 10 alunos, tem-se que as idades dos respondentes variam entre 19 e 36 anos. Isso indica que a maioria deles está em um estágio inicial ou intermediário de suas carreiras. Em relação ao estado civil, observa-se uma

diversidade entre os entrevistados, que incluem solteiros, casados e em união estável. Esta diversidade pode influenciar as percepções sobre o planejamento financeiro e a previdência, já que a situação familiar tende a impactar as prioridades financeiras.

Todos os participantes são alunos dos cursos de Ciências Contábeis e Administração da mesma universidade localizada em São Sebastião do Caí, o que oferece uma base comum de conhecimento, mas diferenciando-se pelo semestre em que cada entrevistado se encontra. Além disso, a situação profissional dos respondentes também é um fator relevante, alguns alunos estão empregados em funções diretamente relacionadas a áreas de contabilidade e administração, como em auditoria, recursos humanos e mercado financeiro,

Por fim, a presença de filhos em alguns dos respondentes como o 5 e 9 e os demais não possuem filhos. As informações podem ser obtidas objetivamente no Quadro 3.

Quadro 3 – Perfil dos respondentes

Entrevistado	Idade	Curso	Semestre	Estado Civil	Filhos	Trabalha? Em qual área?
1	30 anos	Ciências Contábeis	8º semestre	Solteiro	Não	Sim - Mercado financeiro - Coop. De crédito Sicredi
2	21 anos	Ciências Contábeis	7º semestre	Solteira	Não	Sim - Área contábil em empresa de móveis
3	24 anos	Ciências Contábeis	6º semestre	Solteira	Não	Sim - Auxiliar de contabilidade em escritório contábil
4	25 anos	Ciências Contábeis	6º semestre	Solteiro	Não	Sim - Auxiliar de contabilidade em escritório contábil
5	36 anos	Ciências Contábeis	8º semestre	Casada	Sim - 1	Sim - Área de auditoria contábil
6	25 anos	Administração	8º semestre	Solteiro	Não	Sim - Atua como gestor de projetos na área de marketing
7	26 anos	Administração	7º semestre	Solteira	Não	Sim - Auxiliar administrativo/financeira em uma refrigeração
8	19 anos	Administração	4º semestre	Solteira	Não	Sim - Comercial
9	22 anos	Administração	7º semestre	União estável	Sim - 1	Não está trabalhando no momento - Renda do marido agricultor
10	23 anos	Administração	7º semestre	Solteira	Não	Sim - Recursos Humanos

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.2.1 Categorização e codificação das entrevistas

A partir da transcrição das falas dos entrevistados foi possível resumir os achados em categorias, subcategorias e códigos, que podem auxiliar na compreensão das percepções dos entrevistados, conforme Quadro 4.

Quadro 4 – Resumo das categorias, subcategorias e códigos

Categorias	Método de Organização Financeira	Conhecimento sobre Previdência Complementar	Importância da Previdência Complementar	Fatores Importantes para Adquirir à Previdência	Experiências e Influências	Relevância da da Previdência Complementar no cenário econômico atual e futuro	Diferenças significativas entre a PCA e outros tipos de investimento	Fatores de preferência da previdência em comparação a outros	Influência do Curso no Planejamento Financeiro
Subcategoria 1	Método Digital	Experiência Prática	Fragilidade do INSS	Segurança	Profissional	Extrema importância	Conhece as diferenças	Benefícios	Finanças Pessoais
Código	Planilha (Excel); Aplicativo	Vantagens tributárias e beneficiários	Dá muita importância devido as fragilidades da previdência social	Segurança para poder ter um futuro tranquilo	Trabalha diretamente com o produto em IF	Enxerga como algo de extrema importância e crescimento do assunto devido aos fatores econômicos	Tributação; beneficiários e planejamento a longo prazo	Pela tributação; Poder deixar beneficiários; Segurança	Aprendeu a se organizar; Separação de receitas e despesas; Aplicar/poupar para reserva de emergência
Subcategoria 2	Método Tradicional	Pouco conhecimento	Longo prazo	Renda	Família	Longo prazo	Longo prazo x Curto prazo	Aposentadoria	Teoria x Prática
Código	Anotações	Vê como uma poupança; interesse em aprender mais; importância do planejamento; sem metas claras; influenciado pela faculdade	Vê importância mas não imediata	Depende de quanto sobra para conseguir ter essa reserva	Cônjuge; Irmão	Vê relevante a longo prazo e não no momento	Entende que a PCA é para longo prazo e outros investimentos médio/curto prazo	Para se aposentar com tranquilidade	Entendeu a teoria, mas na prática é diferente.
Subcategoria 3	Não tem método	Desconhece	Desconhece	Tempo	Curso	Não havia pensado	Desconhece	Crescimento da PCA	Cenário econômico
Código	Gasta conforme recebe	Não há conhecimento sobre o assunto	Não vê importância devido não ter conhecimento sobre o assunto	Vê a necessidade da pessoa saber em quanto tempo quer se aposentar e se organizar	Ouviu uma professora falar com propriedade do assunto	Não havia pensado sobre mas entende que é relevante e necessário pensar com os cenários em questão	Não conhece as diferenças entre a PCA e outros tipos de investimento	Entende que cada dia mais a PCA será necessária e relevante	O curso abordou diversos conceitos do cenário econômico e a importância de se organizar/planejar financeiramente
Subcategoria 4	-	Conhecimento detalhado	-	Preocupação com o futuro	Sem influência	Desconhece	-	Desconhece	Curto prazo x Longo prazo
Código	-	influência do cônjuge	-	Fator importante é se a pessoa se preocupa ou não com seu futuro	Não teve influências sobre o assunto	Não entende a relevância no momento	-	Não sabe se optaria por esse tipo de previdência	O curso traz aprendizados a curto prazo, mas a longo prazo deixa a desejar.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

4.2.2 Análise comparativa entre os entrevistados

A análise inicial dos dados envolve questionamentos sobre como os entrevistados organizam-se financeiramente, buscando entender suas práticas de planejamento e gestão individual de finanças. Observa-se uma diversidade nas abordagens de organização financeira, com métodos variados que atendem ao contexto e às necessidades individuais de cada entrevistado. O uso de ferramentas para controle financeiro é um aspecto comum, embora o nível de complexidade e a frequência de utilização variem. Alguns entrevistados (3, 4, 5, 6) utilizam planilhas (como Excel), o que indica uma abordagem mais estruturada e consciente, enquanto outros (7, 8) preferem métodos mais tradicionais, como anotações em papel, possivelmente refletindo uma preferência por métodos tangíveis, ainda que menos eficientes para o controle financeiro. Há também o uso de aplicativos digitais (10), o que sugere uma adaptação às novas tecnologias e uma busca por eficiência, além de representar uma tendência de inovação.

Entre os respondentes (1, 2, 3, 5, 8 e 10), alguns demonstram um nível de organização elevado, registrando despesas e planejando investimentos, com atualizações mensais em planilhas, como a respondente (3), o que reflete uma postura proativa. Após ser questionada como se organiza financeiramente, esta respondeu:

"Ah, depende, sempre costumo ter uma reserva, mas tem meses que é mais apertado, com a função de faculdade enfim, eu pago o valor cheio, mas sempre tento deixar uma reserva guardada para caso de emergência e tento controlar o que tenho para pagar. Eu tenho uma planilha em Excel, todo começo de mês atualizo ela com o que eu tenho para pagar e aplico todo mês o que sobra para resgatar caso tenha despesas de emergência com médico por exemplo" (Respondente 3).

Em contrapartida, o entrevistado 6, sem um plano financeiro concreto, aparenta não ter metas financeiras claras, assim como o respondente 9 que não tem uma renda fixa mensal e apresenta um controle menos sistemático.

Em relação ao conhecimento sobre previdência complementar aberta, há uma variação significativa. Alguns entrevistados têm compreensão prática e detalhada, enquanto outros reconhecem sua falta de informação. Entre os benefícios citados estão segurança, tributação favorável e a ideia de uma aposentadoria planejada, embora haja pouca discussão sobre diversificação de investimentos, e desvantagens - como a falência das instituições -, são raramente mencionadas. O entrevistado 1, com experiência na área financeira, destaca a previdência complementar aberta como um plano de aporte, apontando a possível diminuição de tributos no momento do resgate como um benefício, visão compartilhada pela entrevistada 5, que, por influência do cônjuge, também possui conhecimento sobre o tema.

"É um plano de previdência complementar oferecido por instituições financeiras. Sei que os benefícios são vantagens tributárias, certeza de uma aposentadoria programada no futuro e diversificação de investimentos, desvantagem acredito ser a falência da instituição" (Respondente 5).

O segundo entrevistado, mesmo admitindo pouco conhecimento, enxerga a previdência como uma forma de poupança, o que denota uma percepção positiva, embora superficial. A terceira entrevistada comenta sua experiência com previdência, ressaltando a importância do planejamento financeiro para jovens. Outros entrevistados (4, 6, 9 e 10) possuem uma noção básica, expressando interesse em aprender mais, enquanto alguns (7 e 8) desconhecem o produto, o que pode refletir a falta de divulgação ou educação financeira.

O presente estudo corrobora com autores como Lusardi e Mitchell (2010), os quais mencionam que embora a importância da previdência complementar seja cada vez mais reconhecida, ainda existem lacunas no conhecimento e na percepção de riscos associados. Isso sugere que a educação financeira poderia melhorar a compreensão e a adesão aos planos, especialmente entre os jovens. Questionados sobre a importância atribuída à previdência complementar, muitos reconhecem sua relevância, mas ainda há uma carência de compreensão profunda, destacando a necessidade de educação financeira para posicioná-la como parte fundamental do planejamento pessoal. O entrevistado 1, por exemplo, trabalha no mercado financeiro e critica o sistema de previdência social, reforçando a visão de que a previdência complementar é essencial para um futuro seguro.

"Bom, acredito que todo mundo deveria ter uma previdência né, pelos motivos de o INSS hoje a gente sabe que é um modelo de previdência oficial e ele tá bem defasado onde a gente não tem perspectivas aí de melhoras para o futuro, então muita gente que hoje paga o INSS pelo seu empregador que é regime obrigatório não sabe se vai se aposentar, na verdade não sabe se e quando vai se aposentar então

a previdência complementar é bem necessária para gente ter um futuro tranquilo" (Entrevistado 1).

Outros entrevistados, como o segundo e o terceiro, veem a previdência como um recurso para acumulação a longo prazo, enquanto outros (4, 5, 6 e 10) a associam à segurança financeira futura. Aqueles menos informados (7, 8 e 9) demonstram desconhecimento dos benefícios potenciais, o que revela uma divisão entre os que compreendem a importância prática da previdência e os que não dominam o assunto.

Ao analisar os fatores que cada entrevistado considera mais importante ao decidir se deve ou não aderir a uma previdência complementar aberta, observa-se que a necessidade de segurança financeira é um ponto comum, mencionada pelo entrevistado 1 devido à incerteza da aposentadoria pública, além do entrevistado 5, que valoriza a acumulação de reservas, e do entrevistado 9, que busca manter um padrão de vida na aposentadoria. A situação financeira pessoal também influencia, com o entrevistado 2 destacando que a adesão depende de despesas e capacidade de poupança, enquanto o entrevistado 6 acredita que a previdência é acessível para todos, independentemente da renda, uma opinião que reforça a acessibilidade do produto.

"Considerando então as motivações: Eu acredito muito em que não é importante se é autônomo ou CLT, mas vejo principalmente para as pessoas que são mais jovens e tem essa preocupação com o futuro, não acho importante o quanto ganha e nem relevante, porque independente em relação à parte salarial a pessoa consegue se organizar pois é algo mais acessível, acredito que o fator mais importante seja mais para as pessoas que tem essa preocupação futura" (Entrevistado 6).

O tempo e o planejamento são considerados importantes pelo entrevistado 4, que valoriza o tempo de contribuição, e pelo entrevistado 9, que relaciona o tempo ao retorno financeiro. Já o entrevistado 10, enfatiza a importância de entender os benefícios e ter informações adequadas para o planejamento, enquanto a diversidade de perfis profissionais é mencionada pelo entrevistado 7, que vê a previdência como relevante tanto para autônomos quanto para CLTs, refletindo uma visão inclusiva.

Há consenso de que segurança financeira, planejamento de longo prazo e a adequada compreensão dos benefícios são fatores essenciais para a adesão à previdência complementar. As diferenças surgem entre aqueles que veem barreiras financeiras à adesão e os que a consideram viável para todos, sugerindo uma divisão entre os que encaram a previdência como um recurso acessível e os que enfrentam limitações financeiras. Em resumo, os entrevistados apresentam fatores interligados, desde a segurança financeira até a importância da informação e planejamento, refletindo percepções e realidades diversas.

Questionou-se também durante a entrevista, sobre a influência de experiências pessoais, profissionais ou conhecimento adquirido durante o curso que possa ter influenciado na percepção sobre a previdência complementar aberta. Alguns entrevistados mencionam que o contato com o tema se deu no ambiente familiar ou profissional - como o Entrevistado 1 -, que descobriu a previdência pela experiência no trabalho - e da Entrevistada 5 -, influenciada pelo cônjuge.

"Meu esposo trabalha em instituição financeira e durante o curso são abordadas questões relevantes que incentivam o planejamento financeiro e a destinação de recursos em investimentos considerando o contexto do país que vivemos" (Entrevistada 5).

Outros Entrevistados, como o 2 e o 3, apontam que o contexto econômico brasileiro, acarreta em desconfiança em relação à previdência pública. Enquanto outros, como o 4, 7 e 8,

indicam que o tema não é prioritário, possivelmente devido à pouca presença no currículo acadêmico. O entrevistado 9, por sua vez, menciona ter aprendido sobre previdência complementar por meio de uma professora que abordou o tema com propriedade, destacando que a faculdade abriu "horizontes" para ele. Esse contato parece ser uma exceção, sugerindo que os outros estudantes não tiveram essa oportunidade e destaca a importância de professores que abordam o tema com profundidade, sugerindo que o ensino de previdência complementar nas universidades poderia aumentar o interesse e a conscientização.

Questionados sobre a relevância da previdência complementar aberta no cenário econômico atual e futuro, muitos entrevistados reconhecem sua importância, especialmente devido à falta de confiança no INSS e à necessidade de planejamento financeiro para garantir uma aposentadoria segura. No entanto, as opiniões variam quanto à expectativa de sua relevância no futuro. Enquanto alguns a consideram essencial agora, outros veem seu impacto mais a longo prazo, revelando diferentes perspectivas de tempo e contexto.

Alguns, como os entrevistados 2, 5 e 6, enxergam a previdência complementar como uma necessidade crescente, destacando sua relevância para autônomos e empreendedores e apontando a instabilidade econômica como fator impulsionador. Outros, como os entrevistados 3 e 8, mantêm uma visão mais tradicional e se apoiam no INSS, revelando que a previdência privada ainda não havia sido considerada, mas conforme citação da respondente 8, sua preocupação com esta questão está aumentando.

Nunca havia pensado em aposentadoria complementar, é que no momento pelo meu serviço é pelo INSS, por enquanto seria isso, todos meus serviços que tive pagam o INSS, mas já pensei e penso cada dia mais se vou me aposentar por ele mesmo" (Respondente 8).

Há também um grupo, incluindo os entrevistados 7 e 10, que vê a previdência complementar como essencial para uma aposentadoria digna, enquanto o entrevistado 9 acredita que, embora a adesão venha crescendo, essa conscientização levará tempo. Por outro lado, o entrevistado 4 demonstra desconfiança, mencionando que as frequentes mudanças nas leis reduzem a relevância da previdência complementar.

Em resumo, há um consenso sobre a importância da previdência complementar no longo prazo, mas a adesão enfrenta barreiras culturais e de informação, reforçando a necessidade de maior educação financeira para facilitar essa transição.

Para fins de comparação, questionou-se os entrevistados se esses conseguem identificar diferenças significativas entre a previdência complementar aberta e outros tipos de investimentos ou formas de poupança para a aposentadoria. Em conjunto, solicitou-se para citarem as respectivas diferentes. As respostas mostram o desconhecimento ou conhecimento limitado sobre as diferenças entre a previdência complementar aberta e outros tipos de investimentos para a aposentadoria, exceto o entrevistado 1 que trabalha e tem familiaridade com o produto. Nesse sentido, o entrevistado 1 além de destacar as vantagens tributárias da previdência, citou também a possibilidade de designar beneficiários, o que facilita a sucessão.

"Ah... como eu falei, a previdência complementar aberta ela tem ali uma certa vantagem em relação as outras no quesito de tributação, em relação a outros investimentos, a gente consegue ta tributando em longo prazo uma alíquota menor, outra vantagem é que a gente pode se planejar para ter uma sucessão, a previdência eu consigo passar para outras pessoas caso aconteça algo comigo, são duas grandes vantagens da previdência" (Entrevistado 1).

Já o entrevistado 6, apresenta ter uma noção semelhante, ao mencionar que a previdência permite herança sem passar por inventário, embora também admita pouca vivência no tema. O entrevistado 5 percebe a previdência como uma opção de longo prazo, ao

contrário de outros investimentos que podem ter foco no curto prazo. Da mesma forma, o entrevistado 9 percebe a previdência como um investimento voltado a garantir uma renda mensal na aposentadoria, em contraste com outros que considera mais voltados para objetivos de curto prazo. Por outro lado, os respondentes 2, 4, 7, 8, e 10, mencionaram não ter conhecimento suficiente ou visão clara das diferenças entre previdência e outras formas de investimento ou poupança. Nesse sentido, cita-se o entrevistado 4, o qual acredita que existam opções mais vantajosas do que a previdência, mas não pesquisou a fundo.

Em suma, enquanto alguns entrevistados conseguem identificar aspectos únicos da previdência complementar, como benefícios fiscais e herança, muitos ainda possuem uma compreensão superficial, indicando certa falta de familiaridade com seus detalhes financeiros. Isso reforça a necessidade de maior orientação sobre planejamento financeiro e como a previdência complementar se diferencia de outros investimentos para o adequado planejamento da aposentadoria.

Ademais, as respostas revelam percepções variadas sobre os fatores que poderiam levar à preferência pela previdência complementar aberta, mas também destacam uma falta de conhecimento sobre o tema em alguns dos entrevistados. Alguns destacam vantagens específicas, como o benefício tributário e a facilidade de sucessão, como o entrevistado 1, além da segurança e regularidade de contribuição que a previdência oferece em comparação com outros investimentos, como relata o entrevistado 2.

"Acredito que a previdência complementar abre um maior leque, pois quando aderimos meio que se torna obrigado a contribuir automaticamente e saber quanto vamos investir e quanto vai render, traz esse sentimento de segurança para o futuro, outras formas não são tão seguras" (Entrevistado 2).

É importante citar outras percepções, como a do entrevistado 5, que entende a independência do vínculo empregatício e o potencial de rendimento futuro como atrativos. Enquanto o entrevistado 6 percebe a previdência complementar como uma oportunidade para desenvolver a educação financeira e critica a burocracia para quem tenta se aposentar pela previdência social ao final da carreira.

Entretanto, muitos entrevistados, como, por exemplo, 3, 8 e 10, admitem não conhecer bem o tema, revelando uma lacuna de informação que afeta a capacidade de avaliar essa modalidade. Ainda há quem prefira outras formas de investimento ou demonstre desinteresse, como o entrevistado 4, que só consideraria aderir à previdência complementar se houvesse uma mudança ainda mais significativa na previdência oficial.

Essas respostas indicam que, embora alguns valorizem a segurança e os benefícios, há uma necessidade de maior orientação financeira para que as pessoas entendam melhor o potencial da previdência complementar aberta para o planejamento da aposentadoria.

Ao final das entrevistas, foi realizada uma pergunta aberta aos estudantes para entender de que maneira os conhecimentos adquiridos durante o curso de Ciências Contábeis ou Administração influenciaram a visão deles sobre o próprio planejamento financeiro. De forma unânime, todos os entrevistados relataram que, de alguma forma, foi possível aplicar os conhecimentos adquiridos na graduação em suas vidas pessoais e na sua organização financeira.

Os entrevistados 3 e 4 mencionaram de que forma o entendimento de balanços e despesas empresariais os ajudou a criar um controle financeiro pessoal, ao passo que o entrevistado 5 destacou que o curso por ele frequentado abordou o contexto econômico, social e político, incentivando uma visão mais estruturada de gestão financeira.

“O curso aborda todos os contextos, econômico, social e político e ao mesmo tempo, aprendemos a importância da organização das finanças pessoais e boa gestão financeira para termos melhores resultados nos nossos projetos” (Entrevistado 5)

Alguns participantes, como o entrevistado 6, sentem que o curso priorizou a teoria e poderia incluir mais aplicações práticas sobre finanças pessoais. Outros, como o entrevistado 7, notaram uma evolução em sua abordagem ao planejamento financeiro ao longo do curso, sentindo-se mais organizados atualmente.

Por outro lado, há uma percepção entre alguns participantes, como o entrevistado 9, de que, apesar de entenderem a importância do controle financeiro, a aplicação prática ainda é desafiadora. Além disso, o entrevistado 10 mencionou que o curso ajudou a lidar melhor com objetivos de curto prazo, mas destaca a falta de um enfoque no planejamento de longo prazo, especialmente em temas como a previdência.

Desse modo, observa-se que, enquanto a formação em Ciências Contábeis e Administração oferece uma base útil para o planejamento financeiro, há uma demanda por mais práticas aplicáveis ao cotidiano e um maior enfoque em estratégias de longo prazo. Inclusive, as respostas revelam algumas diferenças entre os entrevistados de Ciências Contábeis e de Administração quanto à influência do curso no planejamento financeiro.

Os cinco primeiros entrevistados são alunos do curso Ciências Contábeis e parecem ter uma abordagem mais técnica e detalhada sobre o controle financeiro, com ênfase em conceitos contábeis aplicáveis ao cotidiano. O entrevistado 3, por exemplo, menciona a separação de despesas e receitas para criar uma “planilha pessoal”, enquanto o entrevistado 4 destaca que as práticas de contabilidade empresarial podem ser adaptadas para a vida pessoal, ajudando a definir o que vale a pena investir ou economizar. O enfoque deles parece estar em habilidades contábeis específicas que facilitam a organização financeira.

Já os cinco últimos, são estudantes de Administração e demonstraram uma visão mais estratégica e geral, mas sentem a falta de uma abordagem prática sobre finanças pessoais no curso. O entrevistado 6 observa que o curso de Administração foca muito na teoria, o que dificulta aplicar diretamente esse conhecimento no planejamento financeiro pessoal. Os entrevistados 7 e 8 mencionam o curso como uma ajuda para ter maior controle financeiro, mas indicam que o aprendizado foi básico, voltado mais para conceitos gerais de economia e organização. O entrevistado 10 opina que os conhecimentos adquiridos são aplicáveis a objetivos de curto prazo, mas que falta uma abordagem para o longo prazo, especialmente em relação à previdência.

Assim, as falas dos respondentes demonstraram que, enquanto os alunos de Ciências Contábeis percebem o curso como uma fonte de habilidades práticas para o controle financeiro pessoal, os alunos de Administração sentem que sua formação lhes fornece uma base teórica ampla, mas sem o mesmo nível de aplicação direta para planejamento financeiro pessoal.

4.2.3 Nuvem de palavras

A partir da transcrição e sumarização das entrevistas, foi possível elaborar uma nuvem de palavras, de modo a compreender os termos que estiveram mais ou menos presentes nas falas dos respondentes (vide Figura 4).

Figura 4 – Nuvem de palavras



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A nuvem de palavras gerada a partir da análise dos dados coletados revela os termos mais frequentemente mencionados pelos entrevistados no contexto de planejamento financeiro e previdência complementar. Entre os termos mais recorrentes, destacam-se previdência, financeiro, INSS, investimento e futuro, que refletem uma preocupação central com o planejamento a longo prazo, com foco na segurança financeira, especialmente em relação à aposentadoria. Essas palavras evidenciam a importância atribuída pelos respondentes ao planejamento antecipado para garantir a estabilidade financeira no futuro.

Além disso, foram frequentemente mencionadas palavras como pensar, organizar, guardar, pagar e aderir. Esses termos indicam ações práticas relacionadas ao processo de organização financeira, sugerindo que os entrevistados já estão refletindo sobre como estruturar suas finanças pessoais de maneira a garantir uma aposentadoria tranquila. A recorrência desses verbos também aponta para um possível *insight* adquirido pelos acadêmicos, no sentido de que o planejamento financeiro exige que estas ações sejam realizadas.

Por outro lado, termos como tributário, político, dinheiro e economia, embora mencionados com menor frequência, oferecem um panorama sobre o contexto econômico em que os respondentes se inserem. Esses termos indicam uma visão mais ampla do cenário econômico, associando o planejamento financeiro e a previdência complementar a fatores externos, como a política tributária e a economia em geral. A menção desses termos, apesar de menos recorrente, sugere que os estudantes estão, de alguma forma, conscientes da influência desses aspectos no planejamento de suas finanças pessoais.

Em resumo, a nuvem de palavras revela que, para os entrevistados, o planejamento financeiro e a previdência complementar são vistos principalmente como um processo de ações concretas voltadas para garantir um futuro financeiramente seguro, com um olhar atento à economia e às questões tributárias que impactam esse planejamento.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo busca identificar quais são as conclusões a serem obtidas a partir da percepção de alunos dos cursos de graduação de ciências contábeis e administração de uma IES localizada em São Sebastião do Caí acerca da previdência complementar aberta.

O objetivo foi alcançado, pois as entrevistas permitiram identificar diferentes abordagens e percepções entre os grupos de estudo. Entre os principais achados, destaca-se que os alunos de Ciências Contábeis apresentam uma aplicação mais prática e técnica, utilizando planilhas e conceitos contábeis para controle financeiro pessoal, enquanto os de Administração apresentam uma visão estratégica, porém com uma aplicação menos prática no dia a dia. Além disso, a compreensão sobre previdência complementar varia, com poucos entrevistados possuindo um entendimento aprofundado, o que reforça a necessidade de uma maior educação financeira e conhecimento de planejamento a longo prazo.

A pesquisa contribui tanto para a prática profissional quanto para o campo acadêmico ao evidenciar a importância de uma formação que integre teoria e prática em finanças pessoais e previdência, principalmente em cursos que abordam temas econômicos e de gestão.

Como limitações, destaca-se o fato da pesquisa ter sido aplicada em um número restrito de entrevistados, os quais pertencem a dois cursos da área das Ciências Sociais aplicadas que pode limitar ou gerar vieses nos resultados. Para estudos futuros, sugere-se conduzir pesquisas com mesma temática em outros cursos de graduação, ou mesmo com egressos do ensino médio, de modo a compreender possíveis deficiências no ensino de temas voltados para as finanças pessoais e explorar as deficiências de conhecimento em relação ao tema previdência complementar e planejamento financeiro de longo prazo.

Além dos principais achados já mencionados, destaca-se que o estudo revela uma lacuna significativa no conhecimento sobre previdência complementar entre os estudantes universitários, apontando para a importância de iniciativas de educação financeira nas instituições de ensino. Observa-se que, mesmo entre alunos de cursos voltados para as Ciências Sociais Aplicadas, como Ciências Contábeis e Administração, há um entendimento limitado sobre os benefícios e mecanismos da previdência complementar aberta. Esse achado reforça a necessidade de incorporar temas relacionados ao planejamento financeiro pessoal e à previdência no currículo acadêmico, não apenas como uma disciplina específica, mas também como parte das discussões em outras áreas de estudo.

Outro ponto que merece destaque é a percepção dos entrevistados sobre a importância do planejamento de longo prazo para assegurar uma aposentadoria mais confortável. A pesquisa indica que, apesar do reconhecimento da importância desse planejamento, muitos ainda não tomam ações concretas para aderir a planos de previdência, seja por falta de conhecimento ou por priorizarem outras formas de investimento de curto prazo. Isso sugere uma oportunidade para o desenvolvimento de programas que incentivem a adesão a planos de previdência desde a juventude, aumentando a conscientização sobre os benefícios fiscais e sucessórios desse tipo de investimento.

Portanto, como recomendação prática, sugere-se que as instituições de ensino promovam workshops e palestras sobre educação financeira e previdência complementar, visando preparar melhor os alunos para as decisões financeiras que terão de tomar ao longo da vida. Além disso, políticas públicas voltadas para a educação financeira podem incluir conteúdos específicos sobre previdência complementar desde o ensino médio, preparando as futuras gerações para uma gestão financeira mais responsável.

Por fim, recomenda-se que estudos futuros explorem a percepção de outros grupos populacionais, como egressos do ensino médio e profissionais de diferentes áreas, para verificar se o desconhecimento sobre a previdência complementar é um fenômeno mais amplo. Pesquisas comparativas em outras regiões do Brasil também podem oferecer

contribuições valiosas sobre como fatores culturais e socioeconômicos influenciam o planejamento financeiro dos jovens.

REFERÊNCIAS

ANDREZO, A. F.; LIMA, I. R. **Mercado financeiro: aspectos históricos e conceituais**. 1. ed. São Paulo: Editora Pioneira, 2001.

BOCCHESE, M. **Planejamento Financeiro Pessoal**. São Paulo: Atlas, 2017

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 maio 2024.

BRASIL. **Lei Complementar 109 de 29/05/2001**. Disponível em
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp109.htm Acesso em 10/05/2024

BRASILPREV. **Cartilha previdência sem mistério**. Disponível em <
http://www2.brasilprev.com.br/ht/previdenciasemmisterio/Documents/Brasilprev_Cartilha.pdf>. Acesso em 12/05/2024

CAELLI, Kate; RAY, Lynne; MILL, Judy. ‘Clear as Mud’: toward greater clarity in generic qualitative research. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 2, n. 2, p. 1-13, 2003.

CHAVES, E. N. **Estudo comparativo entre a previdência complementar aberta, PGBL, VGBL, fundo DI e depósitos de poupança**. 2011. Monografia de Especialização (MBA) – Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais da PUC de São Paulo, SP. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/>. Acesso em: 12 maio 2024.
COELHO, Namilton Nei Alves; CAMARGOS, Marcos Antônio de. Fundos de pensão no Brasil: uma análise dos fatores determinantes para sua expansão na perspectiva dos seus gestores. **Revista O&S. Salvador**, junho de 2012.

DILLMAN, D. A.; SMYTH, J. D.; CHRISTIAN, L. M. **Internet, mail, and mixed-mode surveys: The tailored design method**. 3. ed. Hoboken, NJ: Wiley, 2009. Acesso em 26/05/2024

FERNANDES, C. **Destrinchando a previdência privada – Parte 5.2 – IR Progressiva ou Regressiva**. 2013.

FRANÇA, R. M. e MARTINS, F. P. (2019). O conhecimento dos estudantes universitários sobre previdência complementar: um estudo na Universidade Federal da Paraíba. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade E Sustentabilidade**, 9(1), 1-10.

GHAURI, P.; GRONHAUG, K. **Research methods in business studies: A practical guide**. 3. ed. Financial Times Prentice Hall, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** (6ª ed.). São Paulo: Atlas, 2008.

GOES, H. **Manual de direito previdenciário**. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2015.

<https://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/450/442> Acesso em 12/05/2024

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** - PNAD Contínua. 2019

LIMA, R. **Gestão Financeira e Planejamento de Aposentadoria**. Belo Horizonte: Editora Contábil. 2021.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde (12ª ed.). São Paulo: Hucitec. 2009.

NOBRE, W. J. **As entidades de previdência privada: Revisão de conceitos, tendências e aspectos contábeis**. Dissertação. USP, São Paulo. 1996.

OLIVEIRA, A. **Previdência Complementar no Brasil: Fundamentos e Práticas**. São Paulo: Saraiva. 2018.

OLIVEIRA, L.F.; SOARES D.R.P. **Percepção dos jovens brasileiros sobre o planejamento da aposentadoria: um estudo exploratório em uma universidade pública brasileira**. Revista Brasileira de Previdência Complementar Fechada, v.19. n1, p11-28.

PEREIRA, F. (2020). **Estratégias de Investimento em Previdência Privada**. Rio de Janeiro: Editora Econômica.

PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar. **Relatório Anual de Atividades 2020**. Brasília, DF, 2020.

RIBEIRO, Quetsia Dantas Magalhães *et al.* **A educação financeira como política pública no Brasil e seus potenciais impactos no orçamento familiar**. Disponível em <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18213> Acesso em 12/05/2024

RODRIGUES, Calebe Medeiros. **A crise da previdência social e o crescimento da previdência privada no Brasil**. 2015. 78 p. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas da UNI-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca, Franca, 2015.

RODRIGUES, L. C.; SANTOS, A. B. **Previdência Complementar Aberta: Uma análise dos fatores que influenciam na decisão de adesão ao plano**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 29, n. 78, p. 391-405, 2018.

SAMPIERI, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. Metodologia de Pesquisa (5ª ed.). Porto Alegre: Penso. 2013.

SANTOS, E.O. **Previdência Privada**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

SANTOS, L. (2019). **Tributação e Previdência Complementar: Aspectos Práticos**. Brasília: Ed. Jurídica.

SANTOS, M. A. **Previdência Complementar Aberta: Uma análise sob a ótica do direito previdenciário brasileiro**. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2019.

SCHOSSLER, C. M., & Conto, S. M.. Previdência privada aberta: Um estudo sobre o produto no mercado de investimentos. **Revista Destaques Acadêmicos**, vol. 7, n. 1, 2015 - CGO/Univates. 2015.

SILVEIRA, Ana Flávia; FERREIRA, Roberto do Nascimento; ALMEIDA, Mário Sérgio De. Período acadêmico, nível de consumo, planejamento financeiro: como está a educação financeira dos alunos de graduação na Universidade de São João del-Rei. **Revista Gestão em Análise**, v. 9, n. 2, p. 1-15, 23 jul. 2020.